

MULHERES QUE PARTEM E MULHERES QUE FICAM: UMA PRIMEIRA ANÁLISE DA FUNÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DAS MULHERES NO PROCESSO MIGRATÓRIO

KARIN WALL *

LER HISTÓRIA N.º 3 1984

A análise de um fenómeno social significa quase sempre percebê-lo do ponto de vista de um ou alguns actores nele envolvidos, segundo o propósito mais ou menos explícito do investigador. Não se infira daqui ser impossível procurar uma visão totalizante do fenómeno social, mas antes que a interpretação se constrói por enfoques sucessivos que esclarecem, ou deixam na sombra, diferentes facetas da realidade social.

A sociologia da emigração de mão-de-obra portuguesa não constitui uma excepção neste campo, embora seja talvez mais realista falar da pouca investigação realizada do que da diversificação de perspectivas. O nosso objectivo aqui é contribuir para a análise social da emigração, abordando o papel das mulheres de origem rural. Contar a sua história significa falar não só das que partem¹ mas também das que ficam, participando todavia, pelo seu ficar, nas aspirações e na realização do projecto migratório. Referir-nos-emos em grande parte a dois trabalhos de campo realizados por nós, o primeiro numa comunidade portuguesa em Genebra, o segundo em duas aldeias do Minho². A nossa focagem, sem desprezar uma perspectiva macroeconómica e demográfica, é essencialmente sociológica na medida em que procura, com base em trabalhos de tipo qualitativo, descortinar o significado social da participação feminina no processo migratório.

1. Família e estratégias migratórias

A grande maioria da emigração feminina portuguesa insere-se na emigração «familiar»³. Podemos dizer ainda que as mulheres de trabalhadores emigrantes que ficam no país de origem

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ As mulheres foram quase sempre minoritárias nas correntes migratórias mas o seu número na emigração aumentou consideravelmente desde os anos 50, atingindo em média entre 35 % e 40 % do total, e até mais, na altura dos grandes movimentos migratórios.

² Arteaga, A., e Wall, K., «*Femmes et migration: étude d'une situation conflictuelle. Le cas des femmes espagnoles et portugaises à Genève*», Genève, 1979, e Wall, K., «*A outra face da emigração: estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem*», Cadernos Condição Feminina n.º 14, Lisboa, 1982.

³ Isto significa que a maioria das mulheres emigram ao abrigo do direito de reagrupamento familiar. As percentagens de mulheres casadas no total de mulheres emigrantes varia, para 1966-75, entre 46 % e 56 %; mas é preciso notar que as solteiras são quase todas crianças e adolescentes com menos de 19 anos, o que faz com que o número de mulheres adultas solteiras seja minoritário.

vivem o acto migratório no contexto de uma estratégia familiar de partir ou de ficar. Parece-nos portanto essencial tomar como ponto de partida da análise o universo das estratégias familiares migratórias, constituindo estas um elemento condicionante da emigração feminina. Ora, no quadro da situação migratória das últimas décadas, é possível identificar, com algumas variações segundo os destinos e as políticas migratórias vigentes, as seguintes principais estratégias migratórias de grupos domésticos:

- i) o homem emigra sozinho, a mulher e os filhos (no caso de os ter) emigram passado um certo tempo. Entre as famílias que se juntam ao trabalhador migrante, predominam as famílias compostas só pela mulher ou pela mulher e um ou dois filhos⁴. A maior parte fica no país de origem durante pelo menos um ou dois anos antes de emigrar. No caso de o homem ser emigrante há uns anos quando casa, este intervalo pode não existir, pois o trabalhador migrante já tem direito a levar a família⁵;
- ii) o homem emigra sozinho, a mulher emigra passado um certo tempo sem os filhos que ficam no país de origem. Esta forma de emigração corresponde frequentemente a uma estratégia transitória dos primeiros anos de emigração mas também a uma estratégia permanente para libertar a mulher do cuidado de crianças pequenas ou para permitir que os filhos continuem a sua escolarização no país de origem;
- iii) o homem emigra sozinho, a mulher emigra passado algum tempo, permanece no país de imigração durante alguns anos, volta para Portugal acompanhada dos filhos, ficando o homem sozinho na emigração;
- iv) o homem emigra sozinho, a mulher fica no país de origem durante toda a estadia do trabalhador emigrante no estrangeiro.

É preciso acrescentar que estas estratégias só têm sentido à luz das aspirações e das expectativas que as animam, isto é, do projecto migratório que as prepara. Para o caracterizar, convém distinguir duas componentes essenciais do projecto migratório: os objectivos à partida (o que se pretende realizar) e o tempo previsto para os realizar. Em termos gerais, é sabido que as aspirações do grupo doméstico rural se organizam à volta do construir, melhorar ou comprar uma habitação própria, comprar terra e/ou alfaias, pôr de parte um pecúlio que permita maior segurança económica ou algum investimento ou despesa elevada no futuro. Parte-se por poucos anos, parte-se quase sempre para voltar e a ideia do regresso não desaparece mesmo quando, passados já os anos previstos para realizar os seus objectivos, o trabalhador ou

⁴ Boletim Anual, Secretaria de Estado da Emigração.

⁵ A maior parte dos países de imigração estipula que os trabalhadores estrangeiros só têm direito ao reagrupamento familiar depois de um ou dois anos de estadia (políticas favoráveis), mas este prazo vai até à interdição de reagrupamento para certos grupos de trabalhadores (veja-se, por exemplo, o caso dos trabalhadores sazonais na Suíça).

a família emigrante repensam o seu projecto migratório, distendendo-o no tempo.

Assim, a estratégia migratória tem geralmente por objectivo a aquisição de bens (terra e casa), isto é, material e simbolicamente, a passagem de assalariado/redeiro/semiproletário a camponês proprietário independente. Alguns dados quantitativos recentes parecem confirmar o que acabamos de dizer. Numa amostra representativa de emigrantes que já regressaram a Portugal (e que emigraram nos anos 50, 60 e 70)⁶, os assalariados eram, no momento da partida, a maioria. Dos 44,6 % que provinham do sector agrícola antes da emigração, 30 % eram proprietários agrícolas sendo os restantes redeiros, assalariados agrícolas e trabalhadores familiares. Quanto à situação socio-económica depois do regresso, deu-se uma queda notável no número de assalariados e uma subida correspondente (de 30 % para 74 %) no número de proprietários agrícolas.

Como se define o papel da mulher neste contexto global? Porque fica, porque vai, como é que as próprias mulheres interpretam e se inserem nas estratégias migratórias?

2. A mulher emigrante nos países receptores

É comum falar-se da emigração feminina como uma emigração de reagrupamento familiar, que se efectua por razões essencialmente conjugais e afectivas. O grupo doméstico enquanto unidade onde se combinam estratégias múltiplas de reprodução económica, social e biológica, reduz-se assim aos seus laços simbólicos e afectivos. Isto pode parecer tanto mais estranho quanto o grupo doméstico camponês constitui uma unidade produtiva e reprodutiva, onde a organização do trabalho se baseia na associação estreita das forças de trabalho masculina e feminina⁷. Não queremos com isto dizer que as famílias emigrantes eram todas unidades camponesas. Como já vimos, por vezes são-no de facto, frequentemente não o são e aspiram a esse estatuto. Mas vêm sempre de uma sociedade rural que depende do esforço conjunto e organizado, de produção e reprodução, do homem e da mulher. Talvez seja importante acrescentar: vêm de uma sociedade camponesa (do Norte e Centro rurais) onde, embora com variações regionais que estão por estudar, a mulher participa activamente na produção agrícola. Este pode ser um factor interessante de análise, pois sabemos que a participação feminina na agricultura nem sempre é importante, variando por exemplo segundo o tipo de estrutura agrária e o sistema de produção agrícola⁸.

⁶ Silva, M., Roque Amaro, R., Clausse, G., Conin, C., Matos, M., Pisco, M., e Seurya, L. M., «Return, Emigration and regional Development in Portugal (Summary)», Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1983; e Pisco, M., Roque Amaro, R., Seurya, L. M., estudo em preparação, I.E.D., dados amavelmente comunicados por R. Roque Amaro.

⁷ Cf. Segalen, M., «Mari et femme dans la société paysanne», Paris, Flammarion, Bibliothèque d'Ethnologie Historique, 1980; Tepicht, J., «Marxisme et agriculture: le paysan polonais», Paris, Colin, 1973; e Verdier, Y., «Façons de dire, façons de faire», Paris, Gallimard, 1979.

⁸ Veja-se, por exemplo, a análise comparativa dos papéis femininos e masculinos na agricultura em Boserup, E., «Woman's role in economic development», New York, St. Martin's Press, 1970.

Parece-nos portanto essencial averiguar em que medida a prática e a representação que a mulher emigrante tem do seu papel se aproximam mais do papel passivo da mulher que «sofre» a emigração (ideia expressa em diferentes noções como «reagrupamento familiar», «viúvas de vivos», «famílias abandonadas»); ou se, ao contrário, se aproximam mais do papel tradicional que a mulher costuma ocupar na sociedade camponesa, o de associada do marido.

As mulheres emigrantes de origem rural da comunidade portuguesa em Genebra descrevem a decisão de emigração como um projecto estabelecido em conjunto, cuja decisão final compete ao marido. Nalguns casos, no entanto, a emigração é apresentada como uma decisão unilateral da parte do marido.

A nossa vida era bonita; pobrezinha mas bonita. Mas o meu marido teve sempre esta coisa de querer subir, sempre. Eu dizia-lhe «Então homem queres-te ir embora. Tens a tua moto, temos tudo em dia, o que é que vais fazer para o estrangeiro?» Mas ele teimou que queria vir, e eu não queria⁹.

O projecto migratório das mulheres emigrantes rurais tem sempre objectivos económicos concretos — constituição ou melhoramento do património material do grupo doméstico — e um projecto de estadia que prevê um regresso próximo. A presença e o trabalho da mulher, o projecto migratório, e o regresso do grupo doméstico constituem elementos indissociáveis:

Se não fosse a casa, eu não estava aqui. Queríamos ter a nossa casa. Já comprámos o terreno, agora queremos fazer a casa. Estamos cá mais uns anos e vamos embora.

Eu trabalho para ajudar o meu marido, para ajudar para que a nossa vida corra bem, para irmos embora, o mais depressa possível¹⁰.

A urgência do projecto migratório é também apresentada como a causa e a justificação de ter deixado os filhos no país de origem.

Eu, para ir trabalhar não podia ter aqui as pequenas. E assim, para ser um sacrifício tê-las lá em baixo, ganhamos qualquer coisa e estamos aqui menos anos.

No entanto, para as mulheres que têm os filhos no país de imigração e que decidiram não voltar na altura de os filhos entrarem para a escola, o projecto de regresso, embora presente, apresenta-se como mais contraditório:

Antes, pensava na terra, nos campos, na aldeia... agora, estou aqui, as minhas filhas crescem neste ambiente, penso no futuro delas, dar-lhes mais¹¹.

Em todos os casos, mesmo quando os cinco anos iniciais de estadia se transformam em dez ou quinze, a realização do projecto migratório supõe a participação activa da mulher. São os dois salários que permitem, por um lado, a sobrevivência da família na emigração (o salário da mulher cobre geralmente as despesas de consumo diário, sobretudo a alimentação, item mais importante do orçamento familiar) e, por outro, a poupança para

⁹ Arteaga, A., e Wall, K., *op. cit.*, p. 137.

¹⁰ Arteaga, A., e Wall, K., *op. cit.*, p. 139.

¹¹ Arteaga, A., e Wall, K., *op. cit.*, p. 140.

realizar o projecto migratório. A mulher considera que emigra para tornar rentável a emigração do grupo doméstico, e tornar rentável é poupar para concretizar os objectivos familiares no país de origem. Para a mulher emigrante, isto significa privilegiar o seu papel económico, desenvolvendo para isso diferentes estratégias: uma de tipo familiar, que consiste em deixar os filhos no país de origem ou fazer emigrar durante algum tempo outro membro do grupo doméstico de origem para ajudar em casa, sobretudo enquanto houver crianças muito pequenas; outra de tipo pessoal, que consiste em assumir uma dupla jornada de trabalho e arranjar empregos que permitam uma organização flexível de horários:

Eu trabalho todos os dias da uma às cinco numa lavandaria; daí vou logo direitinha para o meu trabalho da noite. É fazer a limpeza de escritórios. Apanhar o autocarro, chegar lá em baixo às seis menos um quarto, é a hora de começar e é sem parar. Às vezes ainda dou um salto ao supermercado, quando me falta alguma coisa. Depois, chego a casa, tenho de tratar de tudo. De manhã deixo o comer feito, senão estava bem arranjada. De manhã estou em casa, não é, é quando faço tudo. O meu marido pega cedo, às sete horas e eu também tenho de me despachar porque o mais velho tem de estar pronto às sete e meia para ir para a escola. Eu de manhã até trabalho mais do que à tarde. É verdade. De manhã, são os meninos, é o almoço, é o comer para a noite, passar a ferro. Só ao sábado é que não estou em casa de manhã. Vou para a lavandaria, deixo o comer feito para o meu marido e os meus filhos, e à tarde faço limpeza em casa de uma senhora; às vezes fico lá até às nove. É assim, a minha semana. Ao domingo, é fazer de comer, os homens gostam sempre de qualquer coisa de especial, tudo leva o seu tempo. Mudo os lençóis, passo a ferro. Digo sempre cá para mim que devia fazer mais à semana porque... nem ao domingo tenho tempo para me sentar um bocadinho¹².

Os dados recolhidos em França sobre mulheres emigrantes¹³ vão no mesmo sentido do nosso inquérito. Segundo Taboada-Leonetti e F. Lévy, os projectos económicos são sobretudo característicos das mulheres emigrantes portuguesas, sendo uma grande parte desses projectos «curtos» no tempo, isto é, de realização «urgentes». Observam simultaneamente uma percentagem elevada de mulheres portuguesas activas (74 % dos projectos migratórios «urgentes» e 70 % dos projectos menos urgentes) e um horário de trabalho que ultrapassa 40 horas por semana (as outras nacionalidades, excepto as portuguesas e as tunisinas, fazem em média 40 horas ou menos por semana).

Ao analisar, por outro lado, a concepção que têm as emigrantes portuguesas do seu papel de mulher, verificamos que, para a mulher de origem rural, o papel de trabalhadora é inseparável do seu papel de mulher e de esposa. No país de origem, trabalhavam na agricultura, quer como assalariadas, quer mais raramente, como cultivadores directos em terras próprias. Na emigra-

¹² Arteaga, A., e Wall, K., *op. cit.*, p. 149.

¹³ Taboada Leonetti, I., e Lévy, F., *Femmes et Immigrées — l'insertion des femmes immigrées en France*, Coll. Migrations et Sociétés, n.º 4, La Documentation Française, Paris, 1979.

ção, trabalham como assalariadas no sector dos serviços e na indústria:

*Eu aqui trabalho, tenho de trabalhar senão não valia a pena estar cá, ia-se o dinheiro todo. Sim, não posso ficar todo o dia em casa... se eu tivesse alguma terra para trabalhar onde semear de tudo. Como não tenho, tenho de trabalhar noutros trabalhos*¹⁴.

Uma boa esposa tem de «ajudar o marido», isto é, trabalhar (fora e dentro de casa, conforme a inserção do grupo doméstico) e ajudar a resolver os problemas pessoais e familiares do grupo doméstico. O trabalho é uma necessidade e um dever, uma norma de comportamento que ao mesmo tempo define e une o casal. Na própria comunidade migrante, uma mulher que não contribua de alguma forma para o orçamento familiar é «censurada». Assim, as mulheres de origem rural, contrariamente às mulheres de origem urbana que aspiram a ficar em casa, suportam mal a «inactividade» no caso de serem obrigadas a ficar em casa:

*Na fábrica, aqui, não tive problemas nenhuns, e foi a primeira vez que trabalhava numa fábrica que eu trabalhei sempre no campo. O que foi mais difícil, foram os cinco meses que passei aqui em casa quando cheguei. Não arranjava trabalho. Até já tinha dito ao meu marido «olha, tenho muita pena de ti, mas se não encontrar trabalho, vou-me embora». Não é que não goste da vida de casa. Olhe, enchi a casa toda de crochê nesses cinco meses. Mas punha-me a pensar nos meus pais lá em baixo, com tanto trabalhinho, no campo, as vacas, e eu aqui numa casa a fazer nada, sem poder ajudar o meu marido. E o meu marido a trabalhar todos os dias e eu aqui fechada*¹⁵.

Assim, o papel que desempenha a mulher de origem rural na emigração, deve, a nosso ver, ser explicado não só à luz das aspirações dos grupos domésticos emigrados (projecto económico urgente) mas também pela divisão sexual do trabalho que caracteriza a sociedade camponesa de origem. No entanto, é lícito perguntarmo-nos como é que a função social e económica da mulher emigrante, que examinámos até agora ao nível do grupo doméstico de origem rural, se conjuga com as necessidades de mão-de-obra do país receptor.

A este segundo nível, é curioso notar, a partir de uma análise retrospectiva da evolução da mão-de-obra imigrante em França¹⁶, que se deu, ao longo dos anos 60 e sobretudo entre 1968 e 1975, não só um processo de feminização da população estrangeira mas também a entrada massiva de mulheres imigrantes no mercado de trabalho, essencialmente para o sector secundário. Segundo os mesmos autores, estas entradas no mercado oficial de emprego devem-se à admissão (no trabalho) de mulheres emigrantes que vinham ao abrigo do direito ao reagrupamento familiar e de pessoas (mulheres e jovens migrantes da segunda geração) que se encontravam já em França sem carta de trabalho (o que não significa que não trabalhassem, sobretudo nos serviços domésticos). Assim, à medida que a imigração total di-

¹⁴ Arreaga, A. e Wall, K., *op. cit.*, p. 161.

¹⁵ *Idem*, p. 163.

¹⁶ «Les étrangers au recensement de 1975», Collection Migrations et Sociétés, Paris, La Documentation Française.

minuía, o procedimento de «admissão no trabalho» das esposas dos trabalhadores emigrantes vem compensar a diminuição das entradas de mão-de-obra estrangeira, verificando-se ao mesmo tempo uma mobilidade intersectorial da força de trabalho feminina estrangeira, do sector dos serviços domésticos para o sector industrial. Embora tivesse poucos efeitos sobre a reserva de mão-de-obra já constituída, pode dizer-se que o decreto francês de 1977, ao proibir a passagem de cartas de trabalho aos membros da família que entrassem depois dessa data, pretendia evitar que se desenvolvesse esse «stock» potencial.

Estes dados apontam para a necessidade de analisar a função estrutural da «emigração de reagrupamento familiar» para os países receptores, verificando em que medida as políticas migratórias favoráveis ao reagrupamento dependem estreitamente da formação de uma reserva de mão-de-obra e da canalização de mão-de-obra feminina para certos sectores económicos. Para já, queremos fazer notar como as estratégias migratórias do grupo doméstico de origem rural se enquadram particularmente bem neste contexto global: a mulher emigra para trabalhar, caso contrário prefere ficar a trabalhar no país de origem. O grupo doméstico pequeno camponês ou semiproletário da periferia aparece, por assim dizer, como uma força de trabalho objectivamente (por ter um acesso parcial aos meios de produção camponeses) e subjectivamente (pelas suas aspirações e normas de comportamento mencionadas) adequada às necessidades de mão-de-obra dos países industrializados: mão-de-obra temporária, desqualificada e que trabalhe intensamente. Nesta divisão social do trabalho, a mulher tem uma função chave: com a sua identidade marcada de trabalhadora, no campo e em casa, ou como assalariada a fim de regressar à casa e ao campo, a mulher constitui uma reserva de mão-de-obra para qualquer um daqueles mercados de trabalho.

3. A mulher que fica no país de origem

Apesar de uma forte propensão para a emigração familiar nas últimas décadas, muitas mulheres de trabalhadores emigrantes ficam com os filhos em Portugal. Não existem dados estatísticos em Portugal que nos permitam ter uma ideia exacta das famílias que ficaram em diferentes períodos migratórios. Um estudo que analisa os dossiers de 1700 portugueses que decidiram regressar em 1978¹⁷, verificou que cerca de 45 % tinham ido e tinham ficado em França sem a mulher e os filhos. A percentagem aproxima-se dos 60 % para os que têm mais de 45 anos e representa ainda 30 % para os mais novos. Esta diferença poder-se-á explicar pela evolução das políticas migratórias ou pelo tipo de emigração (cada vez mais «urbana»)? No entanto, os dados relativos aos cônjuges que ficaram, provenientes do inquérito já citado sobre o regresso dos emigrantes¹⁸, indica que 23 % dos

¹⁷ Poinard, M., «Les retours de travailleurs migrants au Portugal», «Migrations/études 22», Paris, Ministère du Travail et de la Participation, mai, 1979.

¹⁸ Roque Amaro, R., *et al.*, *op. cit.*

emigrantes casados deixaram o cônjuge sempre em Portugal. Mas o número dos cônjuges que permaneceram varia fortemente de concelho para concelho: assim, em Vilaverde, ficaram sempre no país de origem 42,2 % dos cônjuges de emigrantes, em Viana 41,9 %, em Seia 40,6 %, em Amares 32,5 %, em Pombal 25,5 %, em Sabugal 23,3 %, em Gondomar 19 %, em Loulé 17 %, em Oliveira do Bairro 12,5 %, em Macedo de Cavaleiros 11,8 %, em Almada 4,3 % e em Estarreja 2,8 %.

Porque é que a mulher fica no país de origem? Qual o sentido social do seu ficar? Uma hipótese possível seria a de que a mulher fica, nas regiões rurais, para tomar conta ou assegurar o funcionamento da exploração agrícola. Se esta hipótese for válida, então deveríamos encontrar, no movimento migratório dos anos 60 e 70, mulheres «que ficaram», e estas deveriam ser predominantemente esposas de camponeses-emigrantes; supondo-se, pelo contrário, que as mulheres de trabalhadores emigrantes já proletarizados antes da emigração acompanhariam mais facilmente o marido. No entanto, os dados acima mencionados relativos à origem socio-económica dos emigrantes, indicam que estes não eram predominantemente camponeses-proprietários. As famílias entrevistadas no nosso inquérito sobre as mulheres que ficaram em duas aldeias do Minho, também não tinham, na altura da emigração, praticamente bens (nem terra nem casa), ou então muito pouca terra própria ou apenas a perspectiva de uma herança (parte de terreno) muito partilhada.

Como explicar então a estratégia da mulher que fica? Do inquérito realizado sobressaem duas condicionantes importantes. Uma tem a ver com a política migratória e condições de emigração que, pelo menos inicialmente, favoreceram a emigração masculina, transformando a mão-de-obra feminina rural numa força de trabalho pouco ou não-transferível para o sector secundário ou terciário no estrangeiro; outra, corresponde a um projecto migratório com duas componentes essenciais: a *aquisição* de bens e o *regresso*. Ora estas duas aspirações realizavam-se mais facilmente pela presença da mulher e da família na aldeia: quer porque a família era grande e não se justificava economicamente sustentá-la no país de imigração; quer porque, dado o projecto de regresso, era necessário socializar e educar os filhos no país de origem para assegurar a reprodução familiar; e ainda porque a mulher valorizava, através do seu trabalho, o património que se constituía, assegurando material e simbolicamente não só o regresso como a mudança de estatuto do grupo doméstico dentro da aldeia.

Com efeito, constatámos que a presença da mulher no país de origem se insere activamente no projecto de «poupança para voltar»: à medida que se constrói a casa ou depois da compra de um terreno, a mulher toma conta dos bens adquiridos assegurando a sua fase de arranque. Mas o seu papel económico não acaba aí: é porque a família fica, sustentada em grande parte pelo *trabalho da mulher*, que o projecto se pode realizar. Compete à mulher não só liquidar as dívidas que o grupo doméstico contraiu antes da emigração como também conseguir os meios de subsistência

para si e para os filhos sobretudo durante os primeiros dois anos. Se depois deste período a mulher do trabalhador emigrante conta quase sempre com remessas de dinheiro, isto supõe frequentemente irregularidades, ora no tempo, ora na quantia enviada. Além disso, dadas as aspirações do projecto migratório, as remessas são destinadas prioritariamente aos investimentos em curso, isto é, são consideradas, na medida do possível, como poupanças.

A maior parte das mulheres dependem, por conseguinte, do seu próprio trabalho. Têm, em geral, como actividade principal o trabalho agrícola exercido antes da partida do marido. Frequentemente, para fazer face à ausência temporária do homem como ganha-pão, fazem mais «jornas» como assalariadas agrícolas ou recorrem a pequenas actividades secundárias que fornecem recursos suplementares. Só as mulheres de emigrantes que possuem bens antes de emigrar ou as mulheres que regressam é que não recorrem a actividades assalariadas fora da exploração agrícola. Mas têm igualmente de assumir tarefas agrícolas consideradas como «próprias dos homens» ou «mais pesadas». São, em geral, as actividades tradicionalmente reservadas ao homem e que exigem uma habilidade específica (podar a vinha, por exemplo), um esforço físico maior (sulfatar) ou a utilização de máquinas (tractor, máquina de ceifar). É curioso notar que, enquanto os instrumentos de trabalho antigos, como a charrua e as máquinas manuais, são utilizadas pelas mulheres, as máquinas «modernas» (tractor etc.) são do domínio do homem. As mulheres entrevistadas adoptam diversas soluções, conforme os meios do grupo doméstico e o tipo de mão-de-obra disponível: recorrem aos parentes ou vizinhos, empregam um jornaleiro ou acabam por realizar, elas mesmas, todo o trabalho. Numa aldeia situada perto de Braga, zona de pluriactividade, é mais fácil encontrar mão-de-obra masculina (um familiar que dê uma ajuda ao fim de semana, um jornaleiro desde que haja dinheiro para pagar). Numa aldeia do distrito de Viana, onde o êxodo de mão-de-obra masculina foi mais drástico, as mulheres estão habituadas a assumir a maior parte das tarefas agrícolas.

Assim, quando a mulher fica no país de origem, a realização do projecto migratório familiar aparece também como o resultado de uma união de esforços: por um lado, o trabalho e a poupança do trabalhador emigrante no estrangeiro, e, por outro, o trabalho e a presença da mulher e dos filhos no país de origem. Tanto para o grupo doméstico camponês como para o grupo doméstico que aspira a sê-lo e se vai constituindo como camponês, a mulher ficar é uma estratégia que se poderá analisar como um elemento essencial da organização da reprodução social de grupos domésticos camponeses. Por outras palavras, pode pôr-se a hipótese de que a estratégia da «mulher que fica» introduz uma divisão sexual do trabalho no sistema rural — produzindo, por assim dizer, camponesas — que constitui uma estratégia-resposta essencial da família e da comunidade camponesas na organização da sua reprodução social.

Esta questão liga-se a outra não menos importante: porque é que a mulher fica preferencialmente em certas regiões de emigração? Não temos ainda dados suficientes para dar uma resposta

séria a esta pergunta. No entanto, os trabalhos acima mencionados assim como uma análise comparativa destas regiões em termos socioeconómicos e demográficos, leva-nos a colocar a seguinte hipótese de trabalho: a estratégia predominante da mulher ficar, na sua função de assegurar o projecto-regresso, justificar-se-ia socialmente no interior de uma estratégia colectiva de reprodução (ou formação) do campesinato em comunidades mais isoladas, onde fosse essencial deixar alguma mão-de-obra em idade activa para manter as condições básicas da organização social. Os poucos dados que temos parecem apoiar esta hipótese: percentagens altas de mulheres que ficam nos concelhos de Viana, Vilaverde e Seia, algumas descrições de aldeias «femininas»¹⁹ no Alto Minho. Mas seria por exemplo necessário poder distinguir entre zonas onde existisse uma estratégia de reprodução da comunidade camponesa e zonas onde existisse uma estratégia de abandono da terra e não de regresso e reprodução, podendo esta última estratégia depender, por exemplo, de uma dificuldade de acesso à propriedade²⁰.

Estes e outros argumentos levam-nos a supor que a estratégia da «mulher que fica» se encontraria preferencialmente no cruzamento de três eixos:

- em zonas de pequena produção camponesa predominantemente autónoma;
- cuja única ou principal alternativa ao trabalho da terra fosse a emigração para o estrangeiro;
- e onde predominasse um projecto migratório de aquisição e regresso intimamente ligado à reprodução social de grupos domésticos camponeses e da sua comunidade rural, o que implica a existência ou a formação de uma estrutura fundiária relativamente fragmentada.

4. Reflexões finais

Uma conclusão muito simples que se depreende desde já desta análise é o papel activo da mulher rural tanto na emigração como no país de origem, tanto nas estratégias familiares de reprodução de um património material e simbólico como na força de trabalho imigrada nos países receptores. Esta função social e económica da mulher emigrante ou «de emigrante» corresponde pouco às representações comuns que temos da emigração portuguesa e da sua história: uma aventura masculina. Esta representação não se construiu obviamente ao acaso. Baseia-se em dados objectivos: o homem partiu quase sempre primeiro e as mulheres foram, sobretudo na emigração anterior aos anos 60, minoritá-

rias. Baseia-se provavelmente em dados mais subjectivos: migrar é sinónimo de percorrer longas distâncias, caminhos desconhecidos, e a mulher, na divisão tradicional de trabalho, «fica» de preferência. Esta ideia da emigração esconde, a nosso ver, a mobilidade particular da mulher (o que terá, por sua vez, uma função social que não cabe analisar aqui): é que a mulher é facilmente mobilizável entre a casa e o campo, o campo e o trabalho assalariado, entre a produção de subsistências para a família e a produção capitalista baseada no trabalho assalariado. Através da análise do papel das mulheres rurais na emigração, verificamos com mais clareza esta mobilidade específica. O homem, uma vez proletarizado, passará de facto a maior parte da sua vida activa como trabalhador assalariado; a mulher tanto «fica» na produção de subsistência no país de origem, tanto «emigra» e trabalha na indústria ou nos serviços de uma economia industrializada, como regressa à horta passados poucos anos. Este papel da mulher, na medida em que revela aspectos mais gerais da divisão social do trabalho e da sua transformação, pode constituir uma pista de trabalho importante para a análise do proletariado e do campesinato em Portugal.

Dezembro 1983

¹⁹ Geraldex, A., «Castro Laborioso e Soajo», Lisboa, Coleção Parques Naturais, 1978.
²⁰ Viana e Vila Real, com taxas de emigração idênticas nos anos 60-75, mostram taxas de regresso diferentes — inferiores no caso de Vila Real —, zona onde a percentagem da pequena propriedade também é inferior; esta hipótese requer um estudo mais detalhado da reprodução da economia camponesa nessas zonas.